

A Região como Artifício e Instrumento de “Captura”: Diferentes Leituras sobre o Maghreb – de espaço colonizado e lócus de insegurança à plataforma de diálogo e inserção

Ce qu'il faut, c'est déborder de toutes parts l'image étriquée que nous avons de nous-mêmes et des autres, introduire dans le savoir un espacement à plusieurs pôles stratégiques, évacuer du discours historique les absolus (...) qui enchaînent le temps, l'espace et le corps d'un peuple.

Abdelkebir Khatibi

The single story creates stereotypes, and the problem with stereotypes is not that they are untrue, but that they are incomplete. They make one story become the only story.

Chimamanda Adichie

Certa vez, a romancista Chimamanda Adichie chamou atenção para o que ela denomina de “o perigo de uma única história”²⁷. A perspectiva de Adichie é semelhante à de Homi Bhabha no que tange ao papel do estereótipo no discurso colonial – onde, nas palavras desse autor, o “estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação”, mas sim “porque é uma forma presa, fixa, de representação” (Bhabha, 1998:117). Tal perspectiva e a problematização que dela é emanada são pontes para uma das questões que move esse estudo, que é a preocupação em torno de narrativas homogeneizantes e sua capacidade de acumular indivíduos e territórios e, tão logo, de “encapsular” relações sociais em torno de problemáticas pré-definidas. O próprio conceito de região, a partir do qual se desdobra o presente estudo como um todo, pode se converter em um artifício nesse sentido. Essa será uma das esferas trabalhadas no âmbito desse capítulo.

O esforço do qual se ocupam as linhas a seguir deve ser entendido como um mapeamento de diferentes formações discursivas a partir das quais o Maghreb é entendido enquanto região ou, nos termos anteriormente definidos no âmbito desse estudo, um espaço emoldurado. Não sendo possível esgotar as possibilidades de mapeamento ou mesmo de análise em torno da questão, é

²⁷ “The single story creates stereotypes, and the problem with stereotypes is not that they are untrue, but that they are incomplete. They make one story become the only story”. Citação retirada de conferência realizada em julho de 2009. Disponível em: http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html [Acesso em: 4 de abril de 2012]

possível apenas sugerir aqui uma lógica de apresentação para uma parcela desses discursos, sob a pena de criar uma narrativa donde outras formações discursivas – possivelmente tão importantes quanto as que aparecerão aqui – serão inevitavelmente excluídas.

A maior parte dos estudos que formam o substrato analisado nessa parte tem raízes em um corpo de literatura relativamente recente e voltado principalmente para análises das relações entre o Maghreb e os países europeus – individualmente ou por meio da União Europeia (UE)²⁸. Isso evidentemente acabou refletindo nas conclusões e na forma de apresentação desse dito mapeamento. Contudo, formações discursivas com foco diferente desse também terão lugar nas páginas a seguir. Nesse sentido, é importante esclarecer ainda que os discursos são apresentados aqui não necessariamente em uma ordem cronológica ou progressiva. Tratam-se de discursos que se sobrepõem e por vezes submergem e ressurgem, sobre bases semelhantes ou diferenciadas, ao longo das fontes e períodos observados.

A primeira parte discute a emergência da ideia de Maghreb enquanto uma região, um “recorte espacial”, ou seja, um espaço concebido, nos termos de Lefebvre (1991), a partir do domínio colonial francês. O tópico seguinte, em contrapartida, trata de aspectos relacionados ao discurso do Maghreb como uma iniciativa regionalista. Embora a chamada União do Maghreb Árabe (UMA) seja formalizada somente em 1989, argumenta-se que tal organização pode ser entendida como fruto de um discurso que remete aos anos de resistência colonial e que concorre com o discurso do Maghreb enquanto uma região de domínio francês. Da mesma forma, o discurso regionalista em torno da UMA, como será visto, se encontra nos entremeios dos ideais de resistência e inserção política e

²⁸ Em duas das mais recentes coletâneas com foco voltado para o lugar do Maghreb na política internacional e que tiveram publicações na língua Inglesa, a ver, a editada por Maddy-Weitzman e Zisenwine e publicada pela University Press of Florida em 2007, “The Maghrib in the New Century”; e a editada por Zoubir e Amirah-Fernández e publicada pela Routledge em 2008, “North Africa – Politics, Region, and the Limits of Transformation”, deram lugar de destaque a esse relativamente recente corpo de literatura voltado para as relações entre países europeus e o Maghreb, predominantemente através da narrativa em torno de uma região “Euro-Mediterrânea”. Em coletânea lançada em 1999, “North Africa in transition – State, Society, and Economic Transformation in the 1990s”, Zoubir já dava lugar de destaque à temática. As questões em torno dos esforços (internos e externos) de democratização e da implantação de políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento, os esforços e as dificuldades de regionalização através da UMA, os fluxos de imigrantes ilegais e a condição de zona de trânsito para Europa, a ameaça em torno da categoria de violência intitulada “terrorismo islâmico” e o conflito sobre o Saara Ocidental são outros tópicos salientados e relacionados nessas coletâneas sobre a região – que incluem especialistas de diferentes instituições, dentro e fora da região.

econômica global. Em seguida, o capítulo se dedica a apresentar uma formação discursiva que ganhou importância a partir do início dos anos 1990 e que permanece até o contexto atual. Trata-se de algo fundamentado em discursos sobre a existência de uma região Mediterrânea ou, mais especificamente, Euro-Mediterrânea, sob liderança da Europa. As representações do Maghreb no âmbito das iniciativas ligadas a esse esforço de regionalização, como será visto, oscilam entre as noções dessa “subregião” maghrebina como um lócus de insegurança e/ou uma plataforma de inserção global e diálogo – subordinada, entretanto, a termos específicos. Nesse sentido, há ainda uma ligação com o discurso mais recente – cujas raízes se encontram na política externa estadunidense – da “guerra ao terror”. Tais discursos, é importante ponderar, sofrem mudanças ao longo dos diferentes contextos e lócus de enunciação dos quais são emanados.

Retoma-se aqui ainda a ideia de “mundos imaginados” (Appadurai, 1996), mas com maior atenção à sua face atrelada ao conceito de estereótipo e seu potencial totalizador e hierarquizante. Da mesma forma, deve-se ter em mente as discussões dos capítulos anteriores, sobre as diferentes formas através das quais é construído o imaginário em torno do construto “região” no âmbito do internacional e do global – e das linguagens daí emanadas –, e sobre as distintas faces assumidas por/delegadas à região. Logo, o foco nesse momento é voltado para as diferentes formas com que esse imaginário se relaciona com determinadas representações sobre o lócus Maghreb.

Assim, o argumento avançado nesse momento é o de que a região pode assumir a qualidade de um artifício, isto é, de um instrumento de “captura” tanto quando se encontra atrelada a discursos ligados a instrumentalização da região enquanto viabilizadora de estratégias, como quando relacionada a discursos de potencial totalizador e hierarquizante – ou seja, aqueles fundamentados no que se entende aqui por “estereótipos”. E, tão logo, “verdades” são constituídas sobre determinada região a partir dessa batalha entre o visível e o dizível (Haesbaert, 2010a). Dessa forma, há uma lógica de poder que permeia a emergência e consolidação de regiões enquanto “mundos imaginados” galgados em concepções como “progresso”, “modernidade”, e contraposições como “Norte e Sul”, “Oriente e Ocidente”, “zonas de paz e de guerra”, dentre outras – algo que somente pode ser acessado e problematizado através de um entendimento reflexivo sobre as diferentes formas com que se criam e se instituem as regiões.

4.1

O Maghreb como um Discurso Colonial: Homogeneização e Dehistoricização

Em “The History of the Maghrib – an interpretative essay”²⁹, originalmente publicado em Francês e considerado uma das obras de maior autoridade sobre a história da região do Maghreb, Abdallah Laroui declara como um de seus objetivos principais “traçar a gênese do conceito de Maghreb e descobrir como este acabou finalmente assumindo uma definição objetiva” (1977:8). Nas palavras de Laroui, juntamente às diferentes estratégias de ocupação e dominação das estruturas sociais das sociedades ali existentes, houve um movimento de “dehistoricização” e redução da população local a um “nível antropológico”. Tais processos se deram através da construção de uma narrativa histórica na qual a chegada do colonizador – ali, predominantemente francês – representou um marco zero na história desses povos. Nessa perspectiva, somente a partir do momento do encontro com o europeu no contexto do século XIX é que essas sociedades foram devidamente incluídas no curso histórico em direção à modernidade/modernização. Uma vez representados como povos “sem história” ou, no máximo, como atores em uma espécie de “proto-história” (Laroui, 1977:9), a definição do Maghreb como um recorte geográfico também se fundamentou em uma perspectiva histórica específica. Perspectiva essa na qual as sociedades maghrebins passaram a fazer parte – considerando, obviamente, as hierarquizações dentro desses processos de ligação e diferenciação – da historiografia francesa e europeia. Dito de outra forma, a construção dessa definição da região do Maghreb enquanto uma parte coerente ao projeto da “grande França” na África do Norte se deu através da “captura” e subordinação da de sua história a uma narrativa histórica atrelada à Europa (Laroui, 1977).

Sem desconsiderar a esfera de resistência a essa leitura específica da história das sociedades identificadas com a região, Laroui chama atenção então para a emergência de uma divisão na historiografia do Maghreb pautada na hostilidade gerada por essa “captura”. Na historiografia ligada aos movimentos de resistência

²⁹ A mencionada obra, bem como outros trabalhos de Abdallah Laroui, será examinada mais vagar no próximo capítulo, onde elementos do pensamento de Laroui e Mohamed Abed Al-Jabri se convertem na substrato empírico de análise.

à colonização, o período iniciado no século XIX é tratado como um momento de interrupção no curso da história local, seguido de um momento de transição e posterior retomada do curso da história em relação à historiografia atrelada à Europa³⁰. “A historiografia colonial tratava seus temas mais adequadamente em seus primórdios, enquanto que a nacionalista teria adquirido seu conteúdo no fim do processo” (Laroui, 1977:11).

Logo, a influência da mentalidade colonial nos estudos históricos se deu não somente a partir de discursos fundamentados no atraso político, econômico e social das ditas sociedades maghrebina – embora esse tenha sido um argumento importante nos primeiros anos da colonização, como destaca Laroui (1977) e Amin (1970) –, mas também na evocação de elementos de um suposto passado comum com a Europa. O debate em torno das origens dos povos berberes (*amazigh*) representou um ponto nodal nesse sentido (Laroui, 1977; Hannoum, 2009)³¹. Tal debate teria sido basilar também no âmbito da política de assimilação da população local e ainda na fundamentação do discurso sobre a impossibilidade da criação de nações independentes no Maghreb. Sobre o primeiro ponto, a problematização feita por Laroui (1977) sobre as origens da população situada no Maghreb à época situa bem esse embate de perspectivas e as questões de poder ali envolvidas:

In the colonial period, there were two conflicting schools: one linked them [the Berbers] with the populations of Europe, while the other sought their origin in the Middle East. (...) The study of the Maghribi antiquities was developed by the colonial administration; (...) Propagated by military men, functionaries and certain publicists, the thesis that links the Berbers to Europe sprang directly from an assimilationist, fundamentally racist policy typical of men profoundly attached to the ideas of the nineteenth century; they were all convinced that assimilation could hope to succeed only if the Berbers shared a common origin, however remote, with the Europeans, that otherwise it was condemned to failure. It was only when this policy began to lose its appeal, toward 1930 to be exact, that the thesis of an Asian origin began to acquire influence, thanks to scholars who were at last able to harmonize their findings with prevailing pessimism (...)³² (p.20)

³⁰ E a obra supracitada do próprio Abdallah Laroui pode ser enquadrada nesse movimento.

³¹ Sobre esse ponto, Alina Sajed (2008) trabalha com a continuidade do debate sob outras vestes no contexto pós-colonial, a ver, a emergência de narrativas em torno da questão da natividade no Maghreb e a retratação dos berberes como amostras de uma suposta essência nativa maghrebina.

³² O “pessimismo” mencionado na citação se refere ao argumento geral de que as colônias eram dispendiosas para a metrópole e não propriamente “assimiláveis” que ganhou destaque no contexto salientado. Laroui cita Raymond Cartier como a figura pública que iniciou o discurso contra a posse de colônias na França, argumento anticolonialista esse com embasamentos claramente econômicos em detrimento de éticos (Cf. nota de rodapé 13, p.20).

No que tange ao discurso sobre a impossibilidade da emergência de nações modernas – segundo os moldes experienciados no contexto europeu – no Maghreb, Hannoum (2009) destaca o caráter racial do discurso em torno da nação e o uso da oposição entre árabes e berberes de forma a demonstrar essa impossibilidade, criar uma hierarquização entre metrópole e colônia e forjar uma essência regional em torno do dito conflito.

Racial ideology, however – and more specifically the Arab versus Berber dichotomy – became part and parcel of a colonial discourse about the absence of nationhood in northern Africa. (...) The Arab is an enemy, a negation of Europe; the Berber is a remote parent of Europeans, a primitive. Taken together, they are placed in a position of a racial and social inferiority, for both lacking the cultural concept of nationhood. One can clearly see what kind of power relationship is hidden behind and beneath this cultural perception of the colonial state vis-à-vis the population it governs” (Hannoum, 2009:329)

O próprio nome Maghreb teria sido popularizado, segundo Hannoum (2009) e o próprio Laroui (1977) – que, apesar de salientar essa ambivalência do termo, entende como profícuo mantê-lo em sua obra de forma a sugerir uma contraposição de narrativas históricas sobre a entidade geoistórica “Maghreb” – a partir do contexto colonial do século XIX. Hannoum (2009) sumariza as consequências desse movimento de totalização do Maghreb naquele contexto:

(...) [A]bsent from previous pre-national writings is the name ‘Maghreb’ itself. The name was made most popular by Emile-Felix Gautier, and behind it there is a whole colonial politics of naming that had to isolate a French zone called the ‘Maghreb’ to make it distinct from what is not French, and give it a personality of its own that cuts it off from other colonial entities, eastwards, westward and southward, in a complex game then called ‘geopolitics’ (Hannoum, 2009:339)

A função de totalização, separação e hierarquização exercida pelo conceito de Maghreb enquanto região foi, então, crucial para a demarcação – seja em sentido histórico ou geopolítico – do domínio francês sobre um determinado território. O conceito de região aqui se confunde, então, com a ideia de territorialização (Haesbaert, 2009), mas não está galgado somente nisso. Galga-se também em uma narrativa histórica específica acerca da origem e do destino do Maghreb e as sociedades ali situadas. Como será visto adiante, a retratação do Maghreb enquanto um espaço com relações estreitas e um passado histórico em comum com a Europa é um discurso que aparece sob diferentes vestes e com

diferentes motivações mesmo após a descolonização e formação de estados independentes na região. E, de forma a concluir esse tópico, é interessante observar como esse tipo de discurso é apropriado em diferentes momentos inclusive pelas elites governantes no Maghreb. E que ilustração caberia melhor aqui do que a célebre frase de Hassan II, rei do Marrocos entre os anos de 1961-1999, na busca por poetizar a suposta proximidade entre esse país e o continente europeu: “[o] Marrocos é como uma árvore nutrida por raízes profundas no solo da África e que respira por meio do farfalhar de folhas aos ventos da Europa” (Messari; Willis, 2003:169)?!

4.2 O Maghreb como plataforma para o desenvolvimento e inserção global e os discursos em torno da UMA

Em um artigo intitulado “Evolution of the Maghrib concept: facts and perspectives”, Mohamed Abed Al-Jabri discute os diferentes sentidos que o conceito de Maghreb adquiriu no contexto da resistência à colonização³³. Em contraposição ao sentido discutido na seção anterior, onde a região do Maghreb se converte em um território sob o domínio econômico, político, social e intelectual europeu, Al-Jabri (1985) demonstra como a ideia de unidade é performada através da concepção do Maghreb como região e como isso serve de ponto de resistência ao colonial. Nesse sentido, os diferentes quadros de referência aos quais se atrelou o conceito de Maghreb encontravam-se fundamentados na reação local contra as iniciativas coloniais³⁴.

Al-Jabri (1985) chama atenção, contudo, para a importante mudança que o conceito de Maghreb sofreu nesse sentido após a concessão da independência formal aos países maghrebins, principalmente Marrocos, Argélia e Tunísia. Enquanto que durante os esforços de resistência colonial e luta pela independência o conceito de Maghreb possuía um peso negativo, após a independência e estabelecimento dos governos nacionais, o conceito passa a ser dotado de um sentido positivo, no sentido de estabelecer laços de união e concretizar um projeto regional. Como esclarece o autor:

³³ Essa e outras obras de Al-Jabri são tema e serão discutidas com mais profundidade no próximo capítulo desse estudo.

³⁴ Vide capítulo 5, especialmente tópico 5.3.

Throughout the period of more than 50 years, the Maghrib concept had been defined primarily in a negative way. (...) [T]he Maghrib concept did not specify “what we ought to be”, but only “what we ought not to be. The meaning of “being from the Maghrib” was restricted to the idea of not being ruled by foreigners, or of not being linked to France or to the French Union. (...)

Some four years after the conference [of Tangiers], Algeria’s transition to independence brought with it the end of the rationale of the negative version of the Maghrib concept, and new thinking emerged that sought to give the Maghrib concept a positive content. (...) [A] reworking of the Maghrib concept would have to be based on a new understanding and a new perspective (pp.76-77).

É nesse contexto que começam a serem debatidas as possíveis raízes (principalmente econômicas) de uma iniciativa regional institucionalizada no Maghreb. É possível identificar a gênese do discurso do Maghreb como uma iniciativa institucional já na ocasião da Conferência de Tânger, realizada em 1958. O discurso de Tânger é comumente relacionado, contudo, a um objetivo mais profundo do que a formação de uma instituição regional – o que fez com que o evento ficasse conhecido também como “a Conferência da Unidade” –, e se concentrava em lançar bases para o estabelecimento de uma união federal que agruparia os três países do Maghreb – Marrocos, Tunísia e a Argélia, ainda sob o domínio francês à época (Al-Jabri, 1985). Em 1962, às vésperas do fim das negociações que concederiam a independência à Argélia, foi realizado um seminário da Federação Geral dos Estudantes do Maghreb, em Túnis, sobre a temática “As fundações econômicas do Maghreb”. A ocasião foi um marco para a consolidação do discurso sobre a necessidade de uma unidade econômica para viabilizar a modernização e o desenvolvimento no Maghreb (Al Jabri, 1985). Já em 1964 ocorre o que Al-Jabri descreve como “um encontro histórico” entre os três ministros responsáveis pelos assuntos econômicos de Marrocos, Argélia e Tunísia, em Túnis, e no qual foi decidido “estabelecer um quadro econômico e comercial bem definido para a realização da união econômica do Maghreb” (p. 81). Diversos encontros interministeriais e pronunciamentos oficiais, emanados inclusive das instâncias governamentais desses países, tiveram lugar até que, em 1989, fosse estabelecida a União do Maghreb Árabe (UMA). A AMU, além de Marrocos, Argélia e Tunísia – seus maiores precursores –, congrega também Mauritânia e Líbia. Tendo em vista o contexto de reformas introduzidas pelos

diferentes governos³⁵, os desafios da chamada globalização econômica e o florescimento de diferentes iniciativas regionais, a UMA se apresentou tanto como a incorporação do ideal em torno de Maghreb unificado que remonta à luta contra o colonialismo, como a tentativa de fazer frente ao contexto político e econômico externo (Larramendi, 2008; Darrat, Pennathur, 2002). A consolidação da UMA materializou ainda a concepção do Maghreb como uma macrorregião ao se incorporar às fronteiras dos países supracitados.

No entanto, apesar das declarações oficiais atestando comprometimento com a integração regional, resultados concretos não se materializaram efetivamente³⁶. A título de exemplo, em um estudo dedicado a responder se os países do Maghreb são de fato “integráveis”, Darrat e Pennathur (2002) utilizam variáveis econômicas para argumentar que Argélia, Marrocos e Tunísia possuem seus mercados financeiros e orientações macroeconômicas compatíveis. Contudo, nas palavras desses autores, apesar dos esforços de integração, o empecilho está na falta de uma liderança local e em “fatores sócio-políticos” (p.88), ainda que a estrutura da UMA seja retratada como horizonte profícuo para o futuro da região. Em seu texto sobre o conceito de Maghreb, datado em 1985, Al-Jabri já antevia quais se constituiriam como os principais empecilhos a esse esforço de materialização do discurso da unidade maghrebina – uma vez que tais entraves estariam todos galgados no que Al-Jabri entende por, e Larramendi (2008), ao tratar mais recentemente sobre o mesmo tema faz eco, “herança colonial”.

Nesse sentido, a primeira ponderação que precisa ser feita é a de que durante o contexto da luta contra o colonialismo, o conceito de Maghreb, em suas diferentes facetas, estava sempre em paralelo com o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas internos a cada um dos países membros. Dessa forma, enquanto durante a resistência colonial intentou-se coordenar ambos os discursos

³⁵ O arrefecimento de tensões entre Líbia e Tunísia em 1987 e o reatamento das relações diplomáticas entre Argélia e Marrocos depois de um hiato de 12 anos, em 1988, ajudaram no avanço do projeto (Larramendi, 2008).

³⁶ Como salienta Larramendi (2008): “Regional economic integration has made no substantial progress since the AMU was established. In 2002, interregional trade represented roughly 3 percent of total trade of the five member states, not taking into account the trabendo, or underground economy. Trade between individual AMU member states and the European Union (EU) is greater than trade between the Maghrebi countries, a situation which has not changed since their independence. (...) Limited progress in the regional unification process has not stifled unionist rhetoric in speeches and official communiqués, although the sense of “Arabness” which underlines the unified Maghreb ideal faces increasing challenges from concurrent ideologies, such as political Islam and politicized Berberism” (p.180)

através da definição de um objetivo maior, que era o da expulsão do colonizador estrangeiro, após a formalização das independências o discurso da unidade regional acabou obscurecido por diferentes questões internas a cada país e pelo legado colonial da confecção dos mapas e consequentes disputas de fronteiras (Al-Jabri, 1985)³⁷. Assim, ainda que se destaque a persistência do discurso da unidade regional (Larramendi, 2008; Al-Jabri, 1985; Khatibi 2003/2008), o discurso do nacional sempre aparece em paralelo e, por vezes, como inviabilizador do projeto regionalista.

Já no que concerne a questão das disputas de fronteiras legadas pela reorganização territorial imposta pela colonização, tem-se a persistente “questão do Saara Ocidental” (Al Jabri, 1985; Larramendi, 2008). Além de ocasionar a erupção de uma guerra entre Marrocos e Argélia apenas um ano após independência da última, a questão do Saara Ocidental levou ao rompimento de relações diplomáticas por mais de uma década entre esses dois países, e ainda constitui um elemento de tensão entre ambos (Larramendi, 2008). Larramendi (2008) cita ainda a instabilidade política interna a cada um dos cinco membros – o autor, escrevendo em 2008, chama atenção para o caso da tentativa de golpe de estado na Mauritânia e para o interesse inconsistente da Líbia de Muammar al-Qaddafi como exemplos. Ainda segundo esse autor, a ausência de atividades comerciais e projetos econômicos conjuntos na região, bem como a falta de coordenação nos assuntos de segurança regional são outros dos principais empecilhos a concretização do projeto político em torno da AMU.

Assim, o prospecto da AMU se encontra nos entremeios das problemáticas heranças do contexto colonial (primariamente disputas de fronteiras e consolidação de discursos nacionalistas) e da busca por inserção econômica global – questão essa que pode ser interpretada ela mesma como um efeito da

³⁷ Sobre esse ponto, Al-Jabri sumariza a dinâmica que levou ao desenho de fronteiras atual (não incontestes, como se evidencia pela questão do Saara Ocidental) dos estados identificados que compõem o Maghreb: “When France occupied Algeria in 1830, Morocco and Tunisia readily offered their help to the rebellious Algerian people; (...) Having completed the “pacification” of Algeria, the colonial administration took advantage of the situation by widening its zone of influence to the utmost. Through the integration of territories that historically and geographically were parts of the Moroccan and Tunisian Saharas, the so-called “French Algeria” was transformed into the biggest country of North Africa. Moreover, after France imposed its protectorate upon Morocco and Tunisia, their territories continued to shrink, to the advantage of “the colony”. Thus, on the eve of independence, the respective areas of Morocco and Tunisia did not exceed 448,000 and 164,000 square kilometers, respectively, while that of “French Algeria” reached some 2,205,000 square kilometers, of which 1,864,000 square kilometers were Saharan lands” (pp.69-70).

ambivalência entre resistência e inserção, e que remonta ao período da luta colonial. Embora fundada em um ideal de unidade, a AMU evidencia as diferenças, seja no sentido de diversidade que reflete os diferentes processos sofridos pelo que se tornou cada um dos estados maghrebinos, seja no que concerne aos pontos de conflito ainda existentes ali.

4.3 O Maghreb como o “sul”: sobre a narrativa de uma região Euro-Mediterrânea – de parceiro a lócus de insegurança

O “corpo de literatura” – na falta de um termo melhor – que serve de base para a argumentação a ser construída nessa subseção deve ser situado enquanto fruto direto do reavivamento da região enquanto topologia possível nas (R)elações (I)nternacionais, e tão logo, tem como pano de fundo ao contexto imediatamente posterior ao arrefecimento da Guerra Fria³⁸. É nesse contexto que emerge com força uma série de formações discursivas destinadas a fundamentar uma narrativa em torno da regionalidade de uma área nomeada de “Euro-Mediterrânea” (Calleya, 2003). Tendo em vista essas duas dinâmicas inter-relacionadas, as linhas a seguir se concentrarão na tarefa de mapear os discursos e representações em torno da região Maghreb, “capturadas”, em larga medida, na lógica maior da suposta regionalidade dessa área mais ampla, a “Euro-Mediterrânea”³⁹ – termo que já lança luz sobre as esferas de poder que permeiam tais discursos. Nesse sentido, a caracterização do Maghreb como um espaço homogêneo, poroso⁴⁰ e, tão logo, problemático, bem como as formações

³⁸ Vide capítulo 2.

³⁹ Em 1992, por exemplo, a UE lança a Parceria Euro-Maghrebina, que pode ser vista como a gênese do posterior (e mais amplo) Processo de Barcelona, inaugurado em 1995, e que estabelece a Parceria Euro-Mediterrânea (Haddadi, 2004). Em 2004, a União Europeia lança ainda a relacionada Política de Vizinhança, de escopo mais amplo, mas na mesma linha de buscar cooperação e parcerias com países não-membros situados no entorno da Europa. Segundo Calleya, a gênese dessa narrativa em torno do Mediterrâneo pode ser encontrada em uma série de iniciativas anteriores colocadas em curso pela União Europeia. Dentre elas, cabe mencionar o papel da Política Mediterrânea Global e sua sucessora a Política Mediterrânea Renovada, bem como a série de acordos de cooperação assinados a partir dos anos 1970. O Fórum Mediterrâneo e a Conferência de Segurança e Cooperação no Mediterrâneo, por sua vez, foram as mais proeminentes (Calleya, 2003; 2004). Porém, como salienta Haddadi (2002), é na proposta da parceria entre a UE e o Magrebe que ocorre uma mudança da ênfase na cooperação para o desenvolvimento para a ideia de parceria.

⁴⁰ O adjetivo “poroso” é utilizado aqui no sentido de que os países do Maghreb são retratados como tendo pouco controle de suas fronteiras marítimas e terrestres que, por sua vez, constituem pontos de origem e trânsito de pessoas, produtos e ameaças – como o dito terrorismo – em direção às fronteiras europeias.

discursivas concorrentes – mas também complementares – onde o Maghreb aparece como “lugar da insegurança” e como “parceiro” são elementos cruciais do mencionado processo de hierarquização.

A chamada “Declaração de Barcelona”, elaborada sob a égide da Comissão Europeia, foi responsável por institucionalizar a iniciativa batizada de Parceria Euro-Mediterrânea em 1995. O documento salienta a importância estratégica do Mediterrâneo e o objetivo de estabelecer uma nova dimensão às relações futuras entre os países parte, evocando a importância do passado histórico e da proximidade geográfica entre esses (European Commission, 1995). O objetivo pragmático destacado ao longo da Declaração de Barcelona é “transformar a bacia do Mediterrâneo numa área de diálogo, intercâmbio e cooperação, garantindo a paz, estabilidade e prosperidade (...)” da região, através do estabelecimento de “(...) um quadro multilateral e duradouro de relações baseadas no espírito de parceria” (European Commission, 1995:2). Discorrendo sobre o aspecto regional da Parceria Euro-Mediterrânea, Stephen Calleya (2004) salienta que a premissa básica era que a área Euro-Mediterrânea constituía algum tipo de “espaço-comum”, ou que possuía ao menos elementos precursores suficientes para um esforço de regionalização. A ver, “continuidade geográfica, valores, tradição ou mesmo interesses em comum” (Calleya, 2004:12). Anos depois, documentos de mesma natureza sobre outra iniciativa europeia para seus vizinhos, a Política Europeia de Vizinhança, salienta a necessidade de aprimorar as relações com os países da parte sul do Mediterrâneo, com destaque para os países do Maghreb, através de um enfoque de longo prazo e com intuito de realizar reformas destinadas a promover segurança, estabilidade e desenvolvimento (European Commission, 2003:4). A metáfora, também comumente evocada, da criação de um “círculo de amigos” se baseia nas noções de proximidade geográfica e de questões e valores compartilhados entre os dois lados do Mediterrâneo (European Commission, 2003).

Ainda no que concerne às relações entre União Europeia e Maghreb a partir dos anos 1990, chama-se atenção para o uso do discurso do subdesenvolvimento econômico e da falta de democracia para retratar o último (Haddadi, 2004; Joffé, 2008). Considerada a proximidade geográfica entre Europa e Maghreb, tais problemas demandariam iniciativas voltadas para um estreitamento de laços por parte de países europeus e da própria UE. Martins (2009) salienta como evidência

nos discursos da União Europeia a percepção de que a região do Maghreb se configura como fonte de insegurança. Os problemas da região seriam o motivo imediato para as ondas de migrantes, ao mesmo tempo em que o Norte da África seria também local de trânsito para fluxos ilegais em direção à Europa. Nesse sentido, a percepção da interdependência entre UE e o Maghreb teria levado a primeira a lançar mão de suas capacidades institucionais para elaborar programas de reforma e fóruns de diálogo e negociação com esses países (Joffé, 2008; Haddadi, 2004; Martins, 2009). É tendo isso em vista que Adler e Crawford (2004) assinalam que o Processo de Barcelona resultou do ímpeto de conter a imigração vinda dos países do Mediterrâneo Sul, e ainda a xenofobia do Norte. Outras ameaças como o tráfico de armas de destruição em massa, o terrorismo e a inquietação em relação ao fundamentalismo islâmico militante também teriam exercido algum papel para o lançamento dessa iniciativa (Adler, Crawford, 2004).

Na interpretação desses autores, por mais que haja uma retórica de parceria e cooperação, essa não se traduz em um prospecto de integração à União Europeia, dada a diferenciação percebida entre as dinâmicas na margem norte e na margem sul do Mediterrâneo – sendo a última o local no qual se enraízam os problemas que resvalam para a Europa. Ainda nas palavras de Alder e Crawford (2004), é como se a União Europeia atestasse: “pegue esse dinheiro, normas e práticas, vá criar sua própria região e, assim, nos dê sua estabilidade” (p.26). Para a margem Sul, ou seja, particularmente o Maghreb, por outro lado, “o Processo de Barcelona tem significado, na melhor das hipóteses, “euros”, e, na pior, uma conspiração neocolonialista” (Adler; Crawford, 2004:26).

Ao analisar a relação de interdependência em questões de diferentes naturezas – econômica, de segurança, dentre outras – Said Haddadi (1999) fala da possibilidade de entender o Mediterrâneo Ocidental, a ver, o Maghreb e os países do sul da Europa, como um complexo regional de segurança. Seguindo o quadro analítico desenvolvido por Barry Buzan, e já adiantando a conclusão que aparecia pouco tempo depois na obra em conjunto de Buzan e Waeber (2003), Haddadi salienta que o subcomplexo regional Maghreb teria relações mais densas com Europa em detrimento do Oriente Médio. Além das questões de insegurança mais imediatas, como terrorismo e migração em massa, o aspecto econômico também aparece como crucial para entender o Mediterrâneo Ocidental como um CRS. O autor entende ainda o legado dos anos coloniais como fator que influencia nas

“relações especiais” que se desenvolveram entre os países da margem norte e sul desse complexo (Haddadi, 1999:6). Contudo, o que aparece como evidência de que o Mediterrâneo Ocidental pode ser analisado como um CRS são as dinâmicas de insegurança originadas unicamente no Maghreb.

[T]he ascent of Islamist movements in North Africa, (...) the tragic political massacres in Algeria, daily reports of pateras jammed with North African youth sneaking their way to the shores of southern Europe, have all together raised causes for concern about security in the Western Mediterranean. South-west Europeans feel particularly alarmed because they are perceptibly more vulnerable to events happening in the region, not least because of their geographical proximity to the Maghreb.

The security question in the Western Mediterranean manifest itself in a variety of ways. North African countries are faced with economic problems partly due to the protectionist attitudes of the EU (...), as well as with internal socio-political instabilities and uncertainties due to changes taking place politically (Haddadi, 1999:1)

É nesse sentido que Haddadi (2004) e Joffé (2008) vão salientar que as iniciativas europeias são marcadas pela priorização das questões de segurança, a ver: “terrorismo” e migração – tratada também sob um discurso predominantemente de insegurança. Com a narrativa do terrorismo islâmico global pós-11/09, o imaginário em torno do Maghreb deixa de ser o de uma região reduto de problemas de falta de democracia e violação de Direitos Humanos para se tornar um reduto de células de grupos terroristas (Joffé, 2008). E, tendo isso em vista, as iniciativas da União Europeia teriam o encargo de “transportar normas de comportamento internacional para a região” (p. 167). Nessa linha, Haddadi (2004) fala ainda de um movimento de securitização (Buzan, Waever, de Wilde, 1998) do próprio Maghreb pela União Europeia. O medo de um efeito dominó dos problemas da região e a necessidade de assegurar a estabilidade política da União Europeia teria levado à busca por crescente cooperação inter-regional, mas também a medidas duras de controle de fronteiras (Haddadi, 2004).

Martins (2009) e Haddadi (2004) chamam atenção, então, para os esforços no âmbito da União Europeia em estimular o diálogo entre os países do Maghreb no sentido de favorecer a integração na região. A UMA é retratada como a possível solução para remediar tanto a instabilidade econômica como de segurança no Maghreb (Martins, 2009), e simultaneamente atuar como catalizadora das relações inter-regionais com a União Europeia. Martins (2009) e

Haddadi (2004) identificam nos “nacionalismos maghrebinos”, no sentido de um comportamento individualista de cada país, a barreira para tal integração⁴¹.

Alguns estudiosos identificam, então, uma mudança de abordagem por parte da União Europeia no que tange aos vizinhos do Maghreb, tendo o contexto imediato pós-11/09 como marco principal dessa inflexão (Joffé, 2008; Jünemann, 2004). Assim, as questões complexas envolvendo os objetivos normativos predominantes nos anos 1990 – identificados na transformação da governança nos países vizinhos – são substituídas pela preocupação com a ameaça do terrorismo, demarcando o início de uma nova agenda de segurança. Como coloca Joffé (2008):

Desde 2001, a natureza da ação externa da União Europeia no Mediterrâneo, particularmente no que diz respeito ao Norte de África, passou por mudanças significativas. Os objetivos normativos da Parceria Euro-Mediterrânica se tornaram securitizados, onde a cooperação para alcançar o desenvolvimento econômico e político entre os estados do Mediterrâneo sul tem sido efetivamente substituída pela cooperação para combater uma ameaça comum: o terrorismo transnacional (p. 147)

Ainda sobre a repercussão gerada pela retórica da “guerra ao terror”, emanada primariamente de instâncias oficiais estadunidenses (Campbell et al, 2007), e a consequente securitização do terrorismo, Martins (2009) observa que

(...) desde os ataques terroristas do 11/09, uma associação entre imigração e terrorismo foi estabelecida (...) na Europa. A ideia de um inimigo interno e silenciosos tem colocado foco sobre as comunidades muçulmanas e as pessoas que vieram do Oriente Médio e da Ásia Central (p.3)

Assim, discurso associado ao Maghreb – e que atua também como pivô para perspectivas que homogeneízam a região enquanto *locus* de insegurança – é o de que a região é um berço do “terrorismo” islâmico. O “terrorismo” é abordado – enquanto categoria de violência fortemente atrelada ao Islã no contexto atual, na linha sugerida por Zartmann (2011) e também por Celso (2008) – como fruto da pobreza da população local maghrebina, que levaria jovens a se filiar a movimentos extremistas, ou ainda como fruto de uma crise de identidade do imigrante maghrebino na Europa (Celso, 2008). Em uma apropriação do argumento do “choque de civilizações” (Huntington, 1996), Anthony Celso

⁴¹ Ver também Al-Jabri, 1985

(2008) sugere ainda que as comunidades de imigrantes vindos do Maghreb seriam extensões de “redes terroristas islâmicas” na Europa. E nesse ponto é possível observar a representação não só do Maghreb como um espaço homogêneo, mas também de comunidades de migrantes e do próprio indivíduo maghrebino como dotados de características homogêneas.

Dessa forma, observa-se a existência de um discurso onde é evocada a existência de um passado distante compartilhado, bem como a relacionada necessidade de aprofundamento de parcerias em questões econômicas, políticas e de segurança. O trecho a seguir, extraído de uma declaração relativamente recente da Comissão Europeia em relação à iniciativa Euro-mediterrânea, ilustra bem tal discurso:

[T]he birthplace of three monotheistic religions and a *melting pot of civilisations, cultures, waves of migration and trade*, the history of the Mediterranean is indistinguishable from that of Europe. The Mediterranean basin is where north meets south, and east meets west. As the region where three continents converge, it is much more than simply a European Union border. Stability in the Mediterranean is vital for our security and prosperity as well as that of our Mediterranean friends and neighbours. (...) [C]ommon challenges remain, in particular security, environmental protection, the sustainability of energy supply, the fight against organised crime, the control of migration and intercultural dialogue (European Commission; Euromed, 2008:3 – emphasis added)

E, por outro lado, há também um discurso baseado na percepção de que os vizinhos da parte sul, ou seja, o Maghreb, apresentam-se como fonte de insegurança. Essa insegurança seria emanada principalmente da falta de desenvolvimento econômico e político em relação a padrões econômicos estabelecidos. Logo, “reforma econômica e política, desenvolvimento e modernização” seriam as soluções para os problemas salientados no contexto das iniciativas avançadas pela União Europeia⁴², a ver, migração ilegal, gerenciamento de fronteiras, crime organizado e os mencionados “radicalismos” políticos (Ferrero-Waldner, 2005:2). Em síntese, a natureza dos sistemas políticos e econômicos dos vizinhos ao sul do Mediterrâneo é implícita e explicitamente definida como desafios à segurança da Europa, que, por seu turno, precisa atuar

⁴² A introdução dessa série de discursos e iniciativas direcionadas à “modernização” deve ser entendida também, como elucida Malmvig (2004), no contexto de uma maior atenção do “Ocidente” para a falta de desenvolvimento e democracia no “Mundo Árabe”. O chamado Relatório de Desenvolvimento Humano Árabe realizado sob a égide da Organização das Nações Unidas, de 2002, documento que salienta o “déficit de liberdade” e o identifica como fonte de instabilidade política e violência nessa “região”, ganhou forte ressonância em documentos de política externa no “Ocidente” (Malmvig, 2004: 2).

como promotora ativa, bem como avaliadora, das reformas necessárias (European Commission, 2003:7).

Tendo em vista essa gama de discursos que se entrecruzam sobre o referencial regional Maghreb e suas relações com a Europa – aqui, especialmente com a União Europeia – é possível, então, sugerir que duas formações discursivas principais estão em jogo. Logo, de um lado, há o “discurso de segurança cooperativa” e, do outro, o “discurso da reforma liberal” (Malmvig, 2004). Cada uma dessas formações discursivas identificadas está vinculada a diferentes concepções acerca da região do Mediterrâneo – e, dessa forma, das margens sul e norte que compõem essa região, ou seja, o Maghreb e a Europa, bem como as relações entre elas. Na interpretação avançada por Malmvig (2004), no chamado discurso da segurança cooperativa, a narrativa mais ampla sobre ameaças que ganharam escopo global como, por exemplo, o “terrorismo”, leva a uma identificação do Mediterrâneo como um “espaço comum”, uma “vizinhança” que demanda cooperação e diálogo entre suas partes. No discurso da reforma liberal, por outro lado, os vizinhos localizados na margem sul da Europa são representados como radicalmente diferentes. Nesse discurso, apesar de geograficamente próximos, Europa e Maghreb são implicitamente retratados como regiões hierarquicamente colocadas – através, inclusive, da metáfora de raízes espaciais e econômica existente na dicotomia “Norte/Sul” (Doty, 1996).

Entretanto, sem negar a inspiração retirada da análise avançada por Malmvig (2004), entende-se aqui que essas formações discursivas não são de todo opostas. Consideradas as abordagens apresentadas e os discursos transcritos anteriormente, alguns pontos ganham destaque e contribuem com uma percepção nesse sentido. Como mencionado, há uma tendência a homogeneizar o Maghreb enquanto região a partir de temáticas específicas – terrorismo, migração, subdesenvolvimento – e isso se converte ainda na “marcação” de indivíduos de alguma forma a ela relacionados⁴³. O Maghreb é retratado como receptáculo de projetos políticos de terceiros (de natureza econômica ou com foco maior em questões de segurança) e como problemático em incorporar tais iniciativas. Por outro lado, a abordagem regional também é vista sob o prisma de uma plataforma

⁴³ Contudo, apesar de identificado algo no sentido de colaborar com essa última percepção sobre “a marcação de indivíduos” de alguma forma relacionados com o referencial Maghreb, esse é um ponto que não poderá ser aprofundado no âmbito desse trabalho.

para constituição de um diálogo em âmbito inter-regional – no caso aqui, com a União Europeia – e como horizonte de estabilização e inserção econômica, tendo em vista o modelo europeu.

Como observado, mesmo enquanto “parceiro”, o Maghreb aparece como a região para onde são direcionadas as propostas de reforma em diversos setores. É nesse sentido que é possível depreender que a construção de uma relação Euro-Mediterrânea no âmbito dos discursos e iniciativas emanados das instâncias europeias, até onde foi contemplado, se fundamenta em um imaginário espacial hierarquizado (Fernandes, 2002; Malmvig, 2004). A dicotomia “Norte/Sul”, para além do sentido denotado pela posição geográfica das ditas regiões enquanto espaços percebidos (Lefebvre, 1991) serve, então, como condição de possibilidade para a consolidação de um imaginário baseado na existência de dois mundos imaginados hierarquicamente colocados. O discurso regional aqui também vai além da concepção da região enquanto um “nível” de negociação – uma interpretação possível para as dinâmicas em torno da AMU tal qual introduzido na seção anterior. Para além disso, é possível supor que a representação do Maghreb como uma espécie de travessia, um espaço poroso e caracterizado por instabilidades, contribui para a construção do que pode ser interpretado como um “contínuo” entre o Maghreb e as ameaças identificadas – como, no âmbito analisado aqui, migração, subdesenvolvimento, terrorismo e as interseções entre elas. Isso, por outro lado, substancia ainda uma narrativa onde a exportação dos modelos políticos e econômicos, bem como de segurança, europeus – mais especificamente aqui, da União Europeia – para o Maghreb e outros vizinhos ganha o status de necessidade (Joffé, 2008; Gillespie, 2004; Martins, 2009).

Retomando a questão levantada nas páginas introdutórias desse capítulo sobre a relação entre a região (ou o discurso da região) como artifício e a problemática em torno do estereótipo, realça-se o potencial não só homogeneizador, como fixador inerente a esse tipo de representação (Bhabha, 1998). Enquanto o estereótipo pode remeter a algo “marcado” no corpo do colonizado/dominado, nos termos trabalhados acima, o estereótipo aqui também pode funcionar em um sentido mais amplo e enquanto algo que emerge a partir de temáticas específicas – mas que cumpre a mesma função de homogeneizar, hierarquizar e “marcar”. E aqui faz sentido a colocação de Sajed (2008) ao salientar que não existem estereótipos positivos, uma vez que “imagens

idealizadas tende a se referirem a práticas de exotização” (p.149). Assim, tem-se que a partir da dicotomia Norte/Sul e das categorias igualmente dicotômicas suscitadas por esse tipo de construção discursiva, a ver, “desenvolvido/subdesenvolvido”, “moderno/não moderno”, “democrático/ não-democrático”, “estável/instável”, dentre outras, torna-se possível a emergência e consolidação de uma hierarquia espacial entre Europa e Maghreb. O conceito de região, nesse sentido, funciona como um artifício ao viabilizar a representação dessa hierarquia a partir dos referenciais “Europa” e “Maghreb”, ambos na qualidade de “espaços emoldurados”⁴⁴ em torno desses referenciais fixadores. A cartografia que daí emerge não é apenas a cartografia dos mapas – essa já uma cartografia fundamentada em diferentes lógicas de poder –, mas uma cartografia que gira em torno do que pode ser dito sobre determinados lugares, em uma espécie de determinismo.

O argumento em questão pode ser mais bem elaborado se lançada alguma luz sobre asserções de bases semelhantes avançadas nos trabalhos de Doty (1996) e, em alguma medida, Quijano (2000). Um elemento central do “encontro” entre Norte e Sul é encontrado nas práticas de representação do Norte em relação ao Sul – lembrando a dimensão geográfica, mas principalmente discursiva, presente na construção desses lócus (Doty, 1996). Doty (1996) utiliza o termo “encontros imperiais” para descrever esses momentos, na medida em que eles se dão a partir das assimetrias de poder entre os diferentes lócus de enunciação que compõem as categorias – utilizadas aqui de forma mais metafórica e, como mencionado, discursiva, do que geopolítica e geo-gráfica – “Norte” e “Sul”. Esses encontros entre o “Norte” e o “Sul” são permeados pelo que Quijano (2000) um dia teorizou como “colonialidade do poder”, sendo esta expressa a partir de discursos de reforma e de adaptação do Sul problemático em relação à versão eurocêntrica hegemônica de modernidade⁴⁵. A modernidade enquanto modelo fundado na experiência europeia traz imbuído em si um ímpeto de universalidade – sobre o qual se formou, inclusive, a noção de “internacional” e as Relações Internacionais em seus primórdios, – que encontra seu limite na esfera da experiência histórica diversa. Tal esfera da diferença, contudo, é obscurecida através das mencionadas

⁴⁴ Vide capítulo 2

⁴⁵ Cf: capítulo 3 deste estudo

estratégias de homogeneização e totalização. Doty (1996) traz uma passagem especialmente elucidativa para os propósitos dessa discussão:

One significant consequence of the North's encounters with the South has been the denial of effective agency to the South. One way in which this denial of effective agency to the South. One way in which this denial occurs is through a process of *negation*. Negation has constructed various regions making up the "third world" as blank spaces waiting to be filled in by Western writing, as a "people without history"(...). Within these blank spaces the West may write such things as civilization, progress, modernization, and democracy. Imperial encounters become missions of deliverance and rather than conquests and exploitations (p.11)

Nesse sentido, termos como “Norte”, “Sul”, “Ocidente”, “Oriente”, bem como as dicotomias, totalizações e hierarquizações emanadas das formações discursivas que surgem no entorno dessas construções ilustram bem a ideia de região como artifício que se buscou salientar aqui. Assim, o construto região não se converte em um artifício apenas quando entendido como uma construção analítica ou abstração que pretende alcançar a qualidade de um “fato” (Haesbaert, 2010a, 2010b) – embora as categorias supracitadas por vezes sofram reificações. A região também pode se constituir em um artifício se concebida enquanto simulacro capaz de encapsular e homogeneizar espaços, territórios e sujeitos através de referenciais hierarquizantes. As análises contempladas sobre as relações entre Europa e Maghreb – esses dois mesmo referenciais dotados de cargas próprias de totalização⁴⁶ – ajudaram a mostrar como o Maghreb é entendido enquanto região, um espaço emoldurado, a partir de problemas como subdesenvolvimento, terrorismo, conflito e falta de democracia. Ainda que em termos distintos, é possível arriscar que esse tipo de representação está de relacionado às estratégias de regionalização concernentes à construção do Maghreb colonial, evidenciadas anteriormente nesse capítulo.

⁴⁶ Entretanto, o presente capítulo manteve seu foco nos discursos e representações com cargas estereotipadoras em relação especificamente ao construto Maghreb.